

CLIPPING IMPRESSO

16/11/2019

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA.....	1
1.2. AÇÕES TJMA.....	2
1.3. DESEMBARGADOR.....	3
1.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	4 - 7
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA.....	8
2.2. DESEMBARGADOR.....	9

FALANDO EM saúde

Presidente do Hospital São Domingos, Dr. Hélio Mendes da Silva, é homenageado com medalha pelo Tribunal de Justiça

O presidente do Hospital São Domingos, Dr. Hélio Mendes da Silva, recebeu, na quinta-feira, 14, a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). A entrega foi realizada durante sessão solene comemorativa aos 206 anos do Tribunal de Justiça.

Participaram, o presidente do TJ, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; o vice-presidente da Corte, Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa; o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Benedito Gonçalves; autoridades do Judiciário de outros estados e dos governos estadual e municipal.

A sessão contou também com a presença da vice-presidente do Hospital São Domingos, esposa do homenageado, Maria Antônia Andrade da Silva; da diretora de Governança Clínica do Hospital São Domingos; Dra. Glaucia Palácio; o diretor Executivo do Hospital, Glauco Andrade, e sua esposa e gerente de Saúde e Qualidade de Vida do Hospital, Dra. Juliana Klohn; demais desembargadores e autoridades do TJ e familiares de outros homenageados.

A entrega da honraria foi feita pelo Desembargador Lourival Serejo, que fez a indicação ao Tribunal. A Medalha é concedida às personalidades que prestaram relevantes serviços à Justiça.

Significado

Dr. Hélio Mendes disse que se sente honrado com este reconhecimento do Poder Judiciário do Maranhão.

"É gratificante receber esta Medalha, pois tem um importante significado para mim, como cidadão e médico, e para minha família. Aproveito para parabenizar o Tribunal de Justiça pelo seu aniversário e pelo importante trabalho que exerce para a sociedade com ética e seguindo sempre o princípio de igualdade de oportunidade a todos. Parabéns", afirmou Dr. Hélio Mendes.





Divulgação

Central de Digitalização de Processos do Fórum Desembargador Sarney

Digitalização de processos é uma prioridade no TJMA

Até agora, foram digitalizados 2.104 processos dos quais 1.945 já foram migrados para o PJe

Visando garantir maior velocidade e maior segurança na tramitação dos processos eletrônicos, o Poder Judiciário do Maranhão está desenvolvendo projeto de digitalização para virtualizar os processos em papel, medida que reflete em maior agilidade e segurança dos dados armazenados.

“O projeto de digitalização é uma prioridade na atual gestão, um caminho sem volta no Judiciário maranhense, cujos investimentos em tecnologia para a modernização dos seus serviços refletem positivamente na prestação jurisdicional”, frisou o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo.

Dez recuperandas do regime semiaberto da Unidade Prisional Feminina de São Luís (UPFem) estão trabalhando de segunda a sexta-feira na Central de Digitalização de Processos do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). A cessão de mão de obra resulta de um convênio de cooperação firmado entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). Elas retornam ao final do dia à unidade.

“São pessoas que querem reto-

mar à normalidade de suas vidas e ficar aptas para o recomeço, o que significa a capacidade de voltar a viver em sociedade. Para isso, precisam encontrar uma porta que se abra de verdade. Participando do projeto de digitalização, as recuperandas estão tendo a oportunidade de recomeçar, de reescrever outra história para as suas vidas, traçando um novo caminho”, enfatiza o desembargador Joaquim Figueiredo.

Digitalização

Até agora, foram digitalizados 2.104 processos dos quais 1.945 já foram migrados para o PJe. A meta é concluir a virtualização de 500 mil processos, em todo o Estado do Maranhão, até abril de 2020.

A Central de Digitalização instalada no Fórum de São Luís está dando continuidade ao processo de modernização do Poder Judiciário, para garantir a migração do sistema Themis PG3 para o PJe, transformando o acervo físico em digital, para que todos os processos passem a tramitar de forma exclusivamente eletrônica, agilizando o acesso e consulta a juízes, servidores e partes.●

Íntegra em oestadoma.com 475973

Casamento elegante

É na Igreja São Luís Rei de França, no Calhau – e não na Igreja dos Remédios, como saiu ontem –, a cerimônia religiosa do casamento de Alistelman Mendes Dias Filho e Mizzi Gedeon, neste sábado, às 19h.

Os noivos são filhos de Alistelman Mendes Dias e Carmen Maria Castro Dias e do desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto e Milina Gedeon Gomes.

Após a cerimônia, os noivos recepcionarão os convidados na rooftop do Edifício Marcus Barbosa Intelligent Office, no Calhau.

Câmara Federal

Poucos da bancada se posicionam sobre prisão em 2ª instância

POLÍTICA 3

Membros da bancada do MA se posicionam sobre prisão em 2ª instância

João Marcelo, Hildo Rocha, Pastor Gildenemyr e Edilázio Júnior já estão com posição definida sobre PEC da prisão após condenação em 2ª instância

CARLA LIMA
Editora de Política

Depois da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), senadores e deputados federais passaram a apressar a análise de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de mudança do entendimento sobre a prisão após julgamento em segunda instância. Da bancada do Maranhão, somente os deputados sem atrelamento ao governo estadual e ao federal ao mesmo tempo já se posicionaram sobre o tema.

Desde 2009, o STF vem debatendo sobre a prisão em segunda instância. O debate se evidenciou após a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2018, após decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). De lá até o início de novembro deste ano, vigorou a ideia de permissão para a prisão. Mas a maioria dos ministros do STF mudou a interpretação e Lula foi solto. Desde então, a possi-

bilidade de mudanças na Constituição passou a ser considerada tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados.

Da bancada do Maranhão, parte dos deputados federais chegou se manifestar sobre a prisão em segunda instância. Tanto Márcio Jerry (PCdoB) quanto Bira do Pindaré (PSB) e Zé Carlos (PT) consideram que o STF estava finalmente reconhecendo é previsto na Constituição.

Outros parlamentares preferiram aguardar os passos seguintes para se posicionar. O passo seguinte tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado foi resgatar propostas que modifiquem a Constituição para prevê a prisão após condenação em segunda instância.

O Estado ouviu a bancada do Maranhão. Somente os deputados que atrelados ao governo de Flávio Dino e ao mesmo tempo ao governo de Jair Bolsonaro não mostraram posição certa. "Vamos

nos reunir na próxima semana", justificou Pedro Lucas Fernandes se referindo ao seu partido, o PTB, que deverá dá o caminho a ser seguido numa eventual votação.

Outros deputados dinistas/bolsonaristas como Juscelino Filho, André Fufuca e Cléber Verde prefeririam o silêncio sobre a postura a ser adotada sobre prisão em segunda instância.

A cautela dos deputados diz respeito a postura de seu líder estadual, Flávio Dino, que é um defensor a prisão somente após o trânsito em julgado.

Decididos

Dos parlamentares provocados pelo

O Estado sobre a posição quanto a PEC da Segunda Instância somente Hildo Rocha (MDB), Pastor Gildenemyr (PL), Edilázio Júnior (PSD) e João Marcelo Souza (MDB) se posicionaram. No Senado, dos maranhenses, Roberto Rocha (PSDB) também falou a respeito.

Serão contra a PEC da prisão após a segunda instância os deputados João Marcelo e Hildo Rocha. Segundo eles, a presunção da inocência é constitucional.

"Qualquer modificação em relação a prisão em segunda instância, no meu entendimento, só pode ocorrer por uma nova constituinte. A própria constituição elenca as cláusulas pétreas e o que está con-

tido no artigo quinto só pode ser modificado por constituintes originários. Nesse caso foge a nossa competência fazer tal modificação”, argumentou Hildo Rocha.

A mesma linha é adotada por João Marcelo. “Devido à presunção da inocência, que afirma que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado em sentença penal condenatória. Ou seja, direito do cidadão responder em liberdade até a instância final”, disse.

Diferente dos emedebistas, o Pastor Gildenemyr (PL), aliado de primeira linha do governo de Jair Bolsonaro, acredita que é possível a prisão em segunda instância com a modificação na Constituição. Isto garantiria o fim da impunidade no Brasil.

O parlamentar do PL criticou ainda a personificação do debate em torno de novos “em particular”. “Questões primordiais para a sociedade parece que estão tendo seus debates concentrados em pessoas, partidos. Assim ocorre com a dis-

cussão sobre prisão em segunda instância. Concentraram os debates em um caso somente deixando de lado o que é mais importante que é a segurança da população e o fim da impunidade. Eu acredito que a PEC da segunda instância vai corrigir o que tem de falha na Constituição que, muitas vezes, deixa condenados fora da prisão devido à facilidade dos inúmeros recursos. Existem casos que chega a prescrição e o culpado nunca paga.

O senador Roberto Rocha também se posicionou. Pelas redes sociais, o tucano garantiu que a prisão em segunda instância garantirá a redução da impunidade no Brasil. “A minha opinião é para que a Constituição seja alterada para condenações em 2ª instância. Não pelo ex-presidente Lula, mas pela perspectiva de melhorar a segurança jurídica e o ambiente de negócios. Não podemos passar um ar de impunidade aos que desejam investir no Brasil”, argumentou o senador. ●



Fotos/ Divulgação

Hildo Rocha e João Marcelo Souza votarão contra A PEC da 2ª Instância



Pastor Gildenemyr e Roberto Rocha são a favor da prisão na 2ª instância

ABRINDO O JOGO

“A prisão em segunda instância é medida coerente para combatermos a impunidade que existe no Brasil”, diz membro da CCJ

O único deputado do Maranhão membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na Câmara Federal, Edilázio Júnior já manifestou sua posição sobre a PEC da 2ª instância em análise na CCJ. Segundo o parlamentar, a aprovação da proposta vai combater a impunidade já que a regra atual possibilita o uso indiscriminado de recursos e pode garantir a prescrição de crimes devido a demora no julgamento até o julgamento final. A O Estado, Edilázio Júnior explicou sua posição.

Você é favorável à chamada PEC da Segunda Instância?

Sou favorável sim. Após ouvir a população e ter estudado a matéria, acredito que a prisão em segunda instância é medida coerente para combatermos a impunidade que existe no Brasil. Hoje é regra os condenados de Justiça se utilizarem de inúmeros recursos para conseguir protelar o cumprimento da pena. Alguns casos prescrevem pela demora do processo e acabam beneficiando criminosos. Isso precisa mudar em nosso país.

Caso a PEC seja aprovada você não teme uma nova crise institucional e política no país,

uma vez que recentemente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi solto da prisão em decorrência dessa discussão no STF?

O que nós não podemos, em primeiro momento é pegar a nossa Constituição e querer a personificar, querer tratar da nossa Carta Magna puxando para a esquerda ou para a direita. Primeira coisa: a PEC, se aprovada for, não vai trazer o Lula de volta para a prisão. Nem o Delúbio, nem o José Dirceu. Muita gente nas redes sociais afirma que a matéria precisa ser votada para que o Lula volte logo à prisão. A nossa lei proíbe que algo posterior possa prejudicar aqueles beneficiados por regra estabelecida anteriormente. Então, esse é um ponto muito importante.

Alguns advogados questionam a constitucionalidade da matéria, com o argumento de que a PEC fere uma cláusula pétrea, o artigo 5 da Constituição.

Essa questão tem sido debatida na Comissão de Constituição e Justiça da qual faço parte. Há quem defenda justamente esse ponto, com a justificativa de que a Constituição proíbe a prisão antes do trânsito em julgado. A



Divulgação

Deputado Edilázio Júnior fala em fim da impunidade com PEC

grande maioria dos juristas afirmam que nós não podemos mexer na cláusula pétrea da nossa Carta, a não ser que seja através de uma constituinte, algo que é impensável. Mas quero falar de algo que foi tratado entre o nosso presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, líderes da oposição e líderes do Governo, para tentar buscar um ponto de consenso e que dê uma satisfação ao país no que diz respeito à impunidade. O que vem sendo trabalhado: para mudar os artigos da Constituição que tratam do recurso especial e do recurso extraordinário. Ou seja, vai haver o trânsito em julgado no 2º grau. Uma nova PEC será construída com esse entendimento.

O que essa nova PEC vai tratar especificamente?

A nova PEC, da qual já estão sendo colhidas assinaturas e que é discutida intensamente nos bastidores, vai definir que o trânsito em julgado dar-se-á no julgamento do Tribunal de Justiça do Estado ou no Tribunal Federal, dependendo da região. E o recurso extraordinário e o recurso especial serão ações autônomas. Não serão continuação daquele processo. Ou seja, houve o trânsito em julgado no TJ do Maranhão, se por ventura eu achar que o acórdão daquele desembargador vai de encontro com a Constituição, eu vou entrar com uma ação autônoma no STF. A mesma coisa se eu achar que o acórdão do TJ do Maranhão, por exemplo, feriu uma lei federal.

E como a oposição tem recebido essa proposta?

A esquerda já deu ok para essa emenda constitucional desde que seja incluído também a parte cível. Ou seja, o banco, por exemplo, que for condenado a pagar uma indenização para uma pessoa, ou a companhia telefônica. Que o trânsito em julgado ocorra no momento do acórdão do Tribunal de Justiça. Está havendo esse debate e eu acredito que até o fim do ano vamos conseguir avançar.

Bate **Rebate**

SESSÃO



O deputado Pará Figueiredo (PRB), terceiro secretário da Mesa Diretora, representou o Poder Legislativo Estadual, na sessão solene alusiva aos 206 anos de instalação do TJ/MA, realizada na manhã, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno.. O evento foi comandado pelo presidente do TJ/MA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos .

Bate **Rebate**

ELEITA



A desembargadora Angela Salazar – presidente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão – foi eleita para o cargo de Secretária do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid), em São Paulo.